



22829/2023

Referência: Estacionamento Rotativo.

Considerando resposta de diligência enviada, com nova planilha de custos importante ressaltar o seguinte:

1. A Súmula nº 262 do TCU, embora formulada sob a égide da Lei nº 8.666/93, mantém sua relevância e aplicação à Lei nº 14.133/2021. Ela estabelece que "O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta". Este entendimento foi reafirmado por acórdãos recentes do TCU, que interpretam o Art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 da mesma forma, ou seja, como uma presunção relativa, exigindo diligências para que o licitante demonstre a viabilidade de sua proposta.

2. A consistência dessa interpretação ao longo das mudanças legislativas demonstra um princípio fundamental: a Administração não pode desclassificar com base apenas em um limite matemático, devendo sempre buscar a proposta mais vantajosa para o interesse público.

3. O TCU tem consistentemente determinado a anulação de atos de desclassificação baseados apenas na exatidão matemática do percentual, sem a devida diligência para sanear dúvidas sobre a exequibilidade.

4. A Corte de Contas enfatiza que a ausência de diligência para comprovar a exequibilidade pode configurar "erro grosseiro", passível de responsabilização do agente público. Essa perspectiva eleva a importância da diligência de um mero procedimento para um dever que, se negligenciado, pode acarretar consequências pessoais para o Pregoeiro. Acórdãos como o nº 2378/2024-Plenário e outros reforçam que o objetivo é selecionar a proposta mais vantajosa, e isso exige a oportunidade de demonstração da viabilidade da oferta, mesmo que o valor seja significativamente baixo.

5. Desta feita, considerando as diligências exaustivamente realizadas sobre a documentação apresentada, notadamente a planilha OPEX e a Planilha de Custos, **verificamos a persistência de inconsistências significativas nos valores ali consignados.**



22829/2023

6. Primeiramente, reiteramos que **não foi apresentado um detalhamento claro e suficiente dos custos referentes aos encargos sociais**, um componente essencial da estrutura de custos de qualquer contratação de serviços que envolva mão de obra. A ausência de tal discriminação impede uma análise rigorosa da composição do custo total e da sua aderência à legislação trabalhista e previdenciária.

7. Adicionalmente, as análises revelaram **inconsistências diretas nos valores de salários apresentados**, tanto na planilha OPEX quanto na Planilha de Custos. Essas divergências, que se manifestam em valores diferentes para o mesmo tipo de despesa ou na falta de uma lógica transparente na sua composição, comprometem a fidedignidade dos dados.

8. A ausência de clareza nos encargos sociais, somada às inconsistências nos salários, culmina na **inexequibilidade da proposta apresentada**.

9. Assim, diante da precariedade das informações e da falta de transparência na formação dos preços, **entendemos que não resta claro e evidente o critério de formação de preços e a exequibilidade financeira da proposta**, impedindo uma avaliação conclusiva quanto à sua sustentabilidade e conformidade com as expectativas do poder público.

10. Esta situação gera sérias dúvidas quanto à capacidade da futura contratada de cumprir as obrigações contratuais sem incorrer em desequilíbrio econômico-financeiro ou buscar aditivos futuros, o que poderia prejudicar o interesse público e a continuidade dos serviços de mobilidade urbana no município de Nova Friburgo.

11. Sendo o que há para expor no momento, envio os autos ao Pregão e aproveito a oportunidade para renovar nossos votos de elevada estima e consideração.

Nova Friburgo, 26 de junho de 2025.

LUIZ FILIPE IAGGI LAGINESTRA

Secretário Municipal de Mobilidade e Urbanismo

Mat.: 63.785